

## Parte I - Gênese e particularidade do objeto

1. Ideologia autocrática chauvinista regressiva como parâmetro da identidade dos integra listas pretéritos e contemporâneos

Jefferson Rodrigues Barbosa

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

BARBOSA, JR. Ideologia autocrática chauvinista regressiva como parâmetro da identidade dos integra listas pretéritos e contemporâneos. In: *Chauvinismo e extrema direita: crítica aos herdeiros do sigma* [online]. São Paulo: Editora UNESP, 2015, pp. 26-60. ISBN 978-85-68334-68-3. Available from SciELO Books <<http://books.scielo.org>>.

---



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a [Creative Commons Attribution 4.0 International license](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença [Creative Commons Atribuição 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia [Creative Commons Reconocimiento 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

**PARTE I**  
**GÊNESE E PARTICULARIDADE DO OBJETO**

# 1.

## IDEOLOGIA AUTOCRÁTICA CHAUVINISTA REGRESSIVA COMO PARÂMETRO DA IDENTIDADE DOS INTEGRALISTAS PRETÉRITOS E CONTEMPORÂNEOS

O nacionalismo constituiu um componente fundamental das ideologias de direita. Partindo de influências de concepções do darwinismo social, os nacionalismos de direita exerceram e continuam a exercer uma violenta, xenófoba e elitista exclusão dos antípodas de seus respectivos projetos de Estado, fundamentados em visões organicistas de ordenamento social. Dessa forma, os nacionalismos de direita se identificam com a sustentação da sociedade de classes, já que veem a luta de classes como uma doença do corpo social condicionada pelo individualismo liberal e fomentada pelo socialismo.

Como extensão desta visão orgânica, os nacionalismos de direita, como o da Ação Integralista Brasileira (AIB) enalteceram a hierarquização das sociedades no intento de construir um projeto de Estado “genuinamente nacional”.

Por algum tempo, no contexto das últimas décadas do século XX, os críticos do Ocidente anunciaram o colapso do comunismo na Europa Oriental como “o fim da história”, insistindo que as concepções de capitalismo e liberalismo tinham prevalecido sobre ideologias rivais de uma vez por todas. As proclamações de vitória de Fukuyama e de outros conservadores do Ocidente, no entanto, se mostraram prematuras.

Na atualidade, enquanto movimentos e partidos buscavam modelos políticos e econômicos ocidentais baseados em propostas liberais, outros se voltavam para modelos políticos herdados de um passado recente. De um lado do espectro político, organizações nacionalistas exercem influências e se estabelecem firmemente como parte da cultura política no século XXI. A atuação na

sociedade e a presença nos meios de comunicação de movimentos e partidos chauvinistas são evidenciadas nos meios jornalísticos ganhando crescente espaço entre as pesquisas científicas, sobretudo na Europa e na América do Norte, e de forma progressiva na América Latina.

Os movimentos e partidos chauvinistas souberam aproveitar contextos políticos depois de 1945 e foram favorecidos pela realidade do período da Guerra Fria onde podiam continuar levantando as bandeiras do anticomunismo e do nacionalismo. Após o término da Segunda Guerra, segundo Vizentini (2000), foram articuladas redes de solidariedade ideológica entre organizações políticas filiadas a concepções ideológicas e também marcadas pelo nacionalismo exacerbado. E, no Brasil, os antigos aliados do fascismo italiano e seus congêneres, depois de 1945, continuaram a difusão de suas ideologias, possibilitando, em perspectiva gramsciana, a interpretação de uma guerra de posição, na continuidade de atuação desses grupos. Nas últimas décadas do século XX, o período marcado pelo liberalismo e pelo conservadorismo político propiciou condições para organizações e intelectuais continuarem a articular uma aliança entre diferentes matizes da direita (Vizentini, 2000). Na conjuntura internacional das últimas décadas, influenciada pela política hegemônica liberal conservadora, espaços na sociedade civil e na sociedade política abriram-se para grupos com solidariedade ideológica fundamentada em valores chauvinistas no clima do final da Guerra Fria.

No Brasil das últimas décadas, nesse sentido, foram organizadas diferentes correntes políticas que, singulares em suas configurações ideológicas, se aproximam em suas concepções excludentes, marcadas pelo discurso da ordem moral, do anticomunismo e antiliberalismo; como o Partido da Reedi-ficação da Ordem Nacional (PRONA) e o Partido Nacional Socialista Brasileiro (PNSB), e as tentativas de rearticulação do integralismo novamente em partido político.

Articuladas em associações e movimentos na sociedade civil e em partidos, no âmbito da sociedade política, algumas expressões chauvinistas nacionais destacaram-se nas últimas duas décadas pela sua militância e relativo crescimento. Como os integralistas contemporâneos, seguidores da ideologia formulada por Plínio Salgado.

A atuação dos segmentos variados destas organizações, atuantes fora do sistema eleitoral representativo, proporcionou a realização no Brasil de novos trabalhos acadêmicos que enfocaram a atuação de grupos, como “carecas do

subúrbio”, skinheads white powers e neonazistas. E, novos estudos apontam rearticulações de antigos militantes integralistas com as novas gerações dos herdeiros do sigma, a partir de 1980 até a atualidade (Carneiro, 2007; Neto, 2010; Barbosa, 2008, 2011).

A AIB em 1938, enquanto partido político, foi reprimida oficialmente durante o Estado Novo, porém a sua militância também perdura nos desdobramentos do pós-Segunda Guerra Mundial (Calil, 2005). Na primeira fase, a AIB pode ser interpretada, em acepção gramsciana, como um aparelho privado de hegemonia que aglutinou segmentos políticos de tendências variadas: antisemitas, simpatizantes e seguidores do fascismo italiano, e nacionalistas ligados ao catolicismo social.

O integralismo em seu projeto político, desde sua primeira fase na década de 1930, foi defensor de um projeto de Estado intervencionista marcado pela mobilização política e utilização de técnicas modernas de propaganda para difusão de sua ideologia, caracterizado principalmente pelo nacionalismo exacerbado. Já na segunda fase de continuidade do integralismo, o partido de Representação Popular (PRP), fundado também por Plínio Salgado, foi relacional ao contexto em que antigos integralistas sobreviviam dentro de legendas partidárias conservadoras, no processo político brasileiro entre 1945 e 1965 (Calil, 2005). Atualmente os integralistas buscam reestruturar o movimento depois do fim do PRP, que foi extinto pela Ditadura Militar.

A militância integralista na atualidade rearticula-se mesmo marcada pela descentralização partidária, na qual os militantes comprometidos com a difusão da sua propaganda política buscam articular novos seguidores e formar novos núcleos entre os seguidores da ideologia do sigma em diferentes regiões do país.

As tentativas de rearticulação integralista podem ser evidenciadas na realização de congressos nacionais. Realizado em 2004, o denominado I Congresso Integralista para o século XXI foi um marco na busca de rearticulação dos herdeiros do sigma e propiciou nos anos seguintes novos encontros nacionais entre os militantes, como o II Congresso Nacional Integralista, em 2006; o III Congresso Nacional Integralista; e o IV Congresso da Frente Integralista Brasileira, em 2012. Os eventos ocorreram nas cidades de São Paulo e Rio de Janeiro, congregando as principais lideranças das organizações mais expressivas dos integralistas na contemporaneidade, para o estabelecimento de estratégias para a expansão de suas respectivas organizações. A Frente Integralista

Brasileira (FIB), entre os novos grupos de integralistas, defende a manutenção da ideologia formulada originalmente na década de 1930, porém outras organizações de militantes enfatizam a necessidade de revisão das concepções oriundas da gênese do movimento, diante das novas conjunturas contemporâneas, como o Movimento Integralista Linearista (MILB) e a Ação Integralista Revolucionária (AIR). A Frente Integralista Brasileira (FIB) é a organização mais representativa entre os militantes contemporâneos, e foi criada em 2004 como resultado do denominado “I Congresso”. O Movimento Integralista Linearista (MIL-B) também foi fundado em 2004, pelo policial federal Cássio Guilherme Reis Silveira, que antes participava de reuniões na Casa de Plínio Salgado, em São Paulo. Porém, devido a sua interpretação da ideologia integralista, o Linearismo, ocorreram atritos que levaram Cássio Silveira, em 2006, a tornar o núcleo de Campinas independente da FIB.

A Ação Integralista Revolucionária (AIR), sob a liderança de Jenyberto Pizzotti, foi criada em 25 de dezembro de 2004, seu diferencial entre os integralistas insere-se na crítica à organização partidária. Para o terceiro grupo em questão, a organização deve estar centrada no integralismo enquanto movimento construído a partir de células, utilizando-se em grande medida a comunicação virtual, sob a coordenação de uma presidência, atualmente exercida por Jenyberto Pizzotti.

A análise dos artigos dos atuais jornais integralistas e de seus sites proporcionou elementos para a compreensão dos valores e ações dos grupos mais expressivos da atual militância sobre a ideologia e suas interpretações, “sob a ótica integralista” dos fatos na conjuntura nacional e internacional. Pois, mesmo estando organizados fora da legenda partidária e sem uma liderança central, os militantes possuem uma rede de articulação e de divulgação de suas concepções e estão divididos em núcleos orientados pelas lideranças das principais organizações integralistas em atividade. Os valores divulgados pelas organizações em questão apresentaram, segundo a crítica proposta, a defesa de um modelo de ordenamento social autocrático assentado sob o nacionalismo como princípio orientador de legitimação de valores regressivos de ordenamento social.

## 1.1. Questões de método: da aparência generalizadora a apontamentos sobre a necessidade de busca pela particularidade do objeto

Em 1932, a Ação Integralista Brasileira (AIB) foi oficialmente fundada pelo intelectual chauvinista Plínio Salgado, fato que completou oitenta anos em outubro de 2012, sendo que seus valores ainda perduram e são divulgados por militantes na contemporaneidade, através de núcleos instalados em mais de duas dezenas de cidades e da publicação de boletins, jornais impressos e sites que continuam a defender os valores sintetizados no lema integralista “Deus, Pátria e Família”. No início desta pesquisa, os militantes contemporâneos em questão foram denominados aprioristicamente de neointegralistas e interpretados como manifestação nacional da denominada extrema direita, expressão que busca identificar os agrupamentos políticos portadores de um nacionalismo exacerbado e de práticas políticas intransigentes.

Entretanto, na construção dos pressupostos do método que norteou esta investigação, as definições categoriais da identidade política integralista foram reelaboradas a fim de suplantar expressões abstratas generalizantes, ou gnosiológicas, em direção da identificação da gênese e função social da ideologia integralista em sua particularidade concreta. O contributo da filosofia da práxis, ao assinalar dois traços marcantes acerca do método em questão, evidenciou a necessidade fundamental do trânsito entre categorias abstratas às análises concretas, através de um maior destaque das mediações constitutivas da experiência histórica integralista em sua gênese para que fosse possível a articulação dos axiomas constitutivos da pesquisa desta particular manifestação política brasileira em seus desdobramentos na atualidade.

A teorização na acepção marxiana é a reconstrução no plano ideal do movimento dos objetos reais, é a reprodução ideal de um movimento ontológico das relações sociais na processualidade histórica.

A empiria é o ponto de partida do conhecimento, expressão fenomênica, mas esta não esgota a estrutura do processo do qual se origina. Assim, os aspectos empíricos observados nas fontes analisadas que apresentavam, num primeiro momento, a relação neointegralismo e extrema direita foram suplantados por diferentes determinações reflexivas.<sup>1</sup> Na perspectiva apontada por

---

1 “Quanto às *determinações reflexivas*, basta sublinhar que se trata, obviamente, de uma figura que se manifesta no interior do processo de articulação quando foco recai em pares ou conjunto

Chasin (1978), principalmente na análise ao estudo das ideologias políticas, os procedimentos empiristas proporcionam análises limitadas no âmbito do fenomênico. Assim, tratando-se, por exemplo, de testemunhos de ativistas políticos, os dados obtidos pelo pesquisador e colocados “como prova e não como problema, tornam tão gritante a confusão entre verdade e aparência”:

Creemos, todavia, que nos cabe ressaltar uma ideia que diz respeito diretamente ao tipo de estudo que estamos desenvolvendo. Se damos como verdadeiras as objeções fundamentais que os procedimentos empiristas são passíveis de sofrer, em geral, há de se frisar que elas ainda se tornam mais evidentes quando aqueles são aplicados aos estudos das ideologias. Sinteticamente ela se consubstancia na observação de que a prática de tomar o *testemunho do agente*, no caso o ideólogo e o militante político, *como prova e não como problema*, torna tão gritante a confusão entre verdade e aparência, entre verdade crença e intenção, entre consciência possível e consciência real, que não resta se não considerar todo o rigor pretendido pelo empirismo como não mais que simples ilusão de graves consequências científicas. (Chasin, 1978, p.45)

Em primeiro lugar, nos pressupostos da Filosofia da Práxis, a metodologia mais adequada ao conhecimento de um dado objeto só pode ser determinada com objetividade após serem obtidos os conhecimentos da investigação. Ao contrário das premissas hipotéticas estabelecidas a priori, a finalidade da reflexão do método marxiano está em indicar que as hipóteses mais prováveis, frente aos objetos estudados, deverão ser primeiro investigadas, e não apresentadas como afirmações a priori como procedimento para a investigação. Nesta perspectiva, o método exhibe, em segundo lugar, uma caracterização ontológica fundante, neste sentido, a sua função social é critério para a determinação do ser:

A percepção da ontologia em Marx fornece a Lukács os elementos passíveis de estabelecer uma ruptura com predomínio da gnosiologia e da epistemologia

---

de categorias cuja conexão é indissolúvel, de tal modo que a apreensão efetiva de cada um dos seus membros depende da apreensão recíproca dos outros. Aqui o ponto delicado e essencial é a preservação da especificidade de cada um deles, isto é, deve-se evitar sua homogeneização conceitual, que tende a se dar pela promoção da identidade ou da diversidade abstratas entre os mesmos” (Chasin, 2009, p.135).



em nossos tempos. Suas reflexões partem da crítica fundamental que postula que, em Marx, “o tipo e o sentido das abstrações, dos experimentos ideais, são determinados não a partir de pontos de vista gnosiológicos ou metodológicos, mas, a partir [...] da essência ontológica da matéria tratada”. Revela-se nessas palavras o reconhecimento de uma fecunda inflexão do pensamento de Marx em relação a tudo o que foi produzido pela filosofia até então: “o objeto da ontologia marxista, diferentemente da ontologia clássica e subsequente, é o que existe realmente: a tarefa de investigar o ente com a preocupação de compreender o seu ser e encontrar os diversos graus e as diversas conexões em seu interior”. (Vaisman; Fortes, 2010, p.21)

Compreendendo o fundamento de caráter gnosiológico e de âmbito generalizante da expressão extrema direita como expressão para a denominação do integralismo brasileiro, diante de outras manifestações políticas inspiradas em valores de um nacionalismo exacerbado, a pesquisa então foi reorientada para a compreensão da particularidade da ideologia investigada nos aspectos constitutivos da sua manifestação e desenvolvimento histórico. A suplantação da denominação neointegralismo foi realizada, pois aqui se compreende que o integralismo não experimentou nenhum momento de ostracismo e os seguidores de Plínio Salgado nunca deixaram de divulgar seus pressupostos ideológicos, desde sua propagação inicial enquanto proposta política, seja na AIB, entre 1932 a 1938, ou através do Partido de Representação Popular (PRP), entre as décadas de 1940 a 1960. Mesmo o PRP não sendo hegemonicamente integralista, como apontado nas páginas seguintes, foi fundado por Plínio Salgado congregando muitos militantes do sigma que deram suporte a organizações de formação juvenil, como os Centros Culturais de Juventude (CCJ), aparelho político voltado à divulgação da ideologia integralista. Com a morte do demiurgo da ideologia integralista em 1975, os seus seguidores continuaram a propalar seus ideais através de publicações e organizações objetivando a continuidade da divulgação de seus princípios. Propiciando condições para que na década de 1980 e, especialmente, da década de 1990 em diante, novas organizações, publicações e articulações entre militantes em diversas regiões do país fosse continuada. Neste sentido, compreende-se nesta investigação que o termo acrescentado de prefixo derivando a denominação neointegralismo pode transparecer indiretamente que se trata de um fenômeno político novo, entende-se aqui, porém, que os integralistas nunca

deixaram de militar para a divulgação de sua ideologia. E, através de antigas e novas gerações de adeptos, os herdeiros de Plínio Salgado representam a continuidade de propagação da ideologia do sigma. Assim, a opção foi suplantar a expressão neointegralismo por integralismo contemporâneo para delimitar o objeto em questão, não abrindo margens para expressões insuficientes para denominação do objeto em foco. As fontes de pesquisa levantadas e investigadas comprovaram a continuidade do nacionalismo enfático e fanático dos militantes que transpassaram o legado integralista para o século XXI, através de livros, jornais e sites das organizações mantenedoras do ideal do sigma ( $\Sigma$ ), símbolo matemático, usado pela AIB, sendo ostentado nas braçadeiras dos uniformes integralistas na década de 1930 e utilizado até os dias de hoje pelos agrupamentos integralistas.

A ênfase com que fontes jornalísticas e alguns trabalhos acadêmicos apresentavam a categoria de extrema direita proporcionava inicialmente nesta pesquisa uma qualificação aparentemente consagrada para denominação da identidade política do objeto de estudo em análise.

Entretanto, a expressão extrema direita não perde a sua viabilidade, sendo aqui reelaborado um ajuste de foco que não nega sua operacionalidade,<sup>2</sup> porém sua utilização é compreendida aqui como mais pertinente enquanto expressão de âmbito jornalístico ou de polemização nos debates políticos, para identificação e embate no sentido de crítica para qualificação dos grupos chauvinistas, aí permanecendo sua possibilidade de utilização e a pertinência de seu caráter operativo: a polemização. Neste sentido, a opção pelo título do livro *Chauvinismo e extrema direita* tem a intenção de utilizar a popularidade da expressão com finalidade de maior divulgação desta investigação. O leitor não munido de informações sobre a diversidade entre os grupos chauvinistas na atualidade rapidamente entende a expressão extrema direita como sinônimo de nacionalismo exacerbado. Muitas vezes, manifestado nas ações de militantes através de práticas violentas portadoras de elementos segregadores, xenófobos, homofóbicos e intolerantes. Na arquitetura de um trabalho científico, porém, a preocupação com o sistema de categorias e conceitos adequados para identificar a particularização do objeto analisado suscitou o desafio pela

---

2 Registro aqui agradecimentos ao professor Paulo Ribeiro da Cunha da Unesp, campus Marília, pelas observações que ressaltaram a questão da viabilidade da utilização da expressão extrema direita como recurso de polemização e debate.

busca de parâmetros e critérios mais pertinentes para a prática investigativa e para o método de investigação teórico-analítico.

O pressuposto do método de pesquisa marxiano é o do investigador aberto e atento ao movimento do objeto. O método é a forma de apreensão do movimento do objeto, não um conjunto de regras apriorísticas formais, e deve proporcionar critérios referenciais direcionados no sentido de apropriação reflexiva da dinâmica do objeto investigado. A expressão extrema direita já traz de forma intrínseca um juízo não mediado pela valoração das singularidades que permitem a compreensão das diferenças entre adjetivo e substantivo, inviabilizando o entendimento da configuração societal em que se insere o objeto investigado e não propiciando a ponderação das mediações que favorecem a lógica das determinações da particularidade do objeto em estudo.<sup>3</sup>

Entre as fontes de pesquisa analisadas neste estudo, a expressão extrema direita apresentou-se “como pressuposição prévia e efetiva” (Marx, 1974, p.122) para a identificação de grupos nacionalistas herdeiros do fascismo, uma vez que se firmou nos meios de comunicação devido à repercussão e presença constante nas fontes jornalísticas sobre manifestações de organizações políticas portadoras da defesa de um nacionalismo exacerbado, como apontado.

A extrema direita é uma abstração generalizadora, assim, se esta perspectiva categorial generalizadora fosse o alicerce da presente investigação “teríamos uma representação caótica do todo” (Marx, 1974, p.122).

Na análise dos objetos investigados, segundo Lukács, é uma prioridade do método analítico marxiano a categoria da totalidade na investigação da historicidade dos fenômenos analisados, sendo intrinsecamente articulada à exigência da abordagem da gênese e da função social do objeto.

Na obra *Ontologia do ser social*, o autor húngaro define a abordagem:

---

3 A ausência de compreensão das particularidades em detrimento das generalizações não propicia a reflexão de que a expressão – extrema direita – pode levar ao equivocado entendimento dualista de que existem intelectuais, partidos ou regimes políticos de direita que seriam diferenciados daqueles radicalizados, as extremas direitas. Não se afirma aqui, obviamente, que não existam diferenças entre partidos da denominada direita, mas sim que a expressão extrema direita pode obscurecer a compreensão de extremismos dentro das instituições que se apresentam como pertencentes ao denominado sistema capitalista “democrático”.

[...] elucidar a estrutura originária que representa o ponto de partida para as formas subsequentes, o seu fundamento insuprimível, mas, ao mesmo tempo, tornar visíveis também as diferenças qualitativas que, no curso de desenvolvimento social posterior, acompanham com espontânea inevitabilidade e necessariamente modificam de maneira decisiva, até em relação a determinações importantes, a estrutura originária do fenômeno. (Lukács apud Lessa, 1999, p.141-73)

A denominação extrema direita, como construção conceitual representa uma expressão derivada de uma superficialidade combinatória de complexos ideológicos de natureza diversa, inapropriados para a identificação da manifestação brasileira dos herdeiros de Plínio Salgado.

A definição de autocracia chauvinista regressiva, como definição para a caracterização da ideologia integralista e contribuição ao debate sobre sua identidade, é uma proposição conceitual, uma abstração, mas uma *abstração razoável e delimitada*, o ponto de partida do método de investigação. Parafraseando o autor dos *Grundrisse*:

[...] uma abstração razoável, na medida em que, efetivamente sublinhando e precisando os traços comuns, poupa-nos a repetição. Esse caráter geral, contudo, ou este elemento comum, que se destaca através da comparação, é ele próprio um conjunto complexo, um conjunto de determinações diferentes e divergentes. (Marx, 1974, p.110)

Na mesma direção, Chasin (2009) fundamentou seus apontamentos sobre o texto marxiano de 1857 a respeito das *abstrações razoáveis delimitadas* na sua explicação da resolução metodológica da *filosofia da práxis*:

As abstrações razoáveis, relações gerais, ou as mais simples das categorias – pontos de partida da autêntica *démarche* científica – “são determinantes” ou, em outras palavras, “sem elas não se poderia conceber nenhuma” formação concreta [...] “o curso do pensamento abstrato se eleva do mais simples ao complexo”, ou seja, “as determinações abstratas conduzem à reprodução do concreto por meio do pensamento”, e nesse itinerário é que se realiza “o método que consiste em se elevar do abstrato ao concreto”. [...] Em termos bem sintéticos, na rota que vai do simples ao complexo, do abstrato ao concreto, as abstrações razoáveis devem perder generalidade por especificação, adquirindo os perfis da particularidade e

da singularização, ou seja, a fisionomia de abstrações razoáveis *delimitadas*. (Chasin, 2009, p.129-30)

A concepção da ideologia integralista, como expressão dos valores chauvinistas que marcaram as primeiras décadas do século XX, desde sua gênese, defende a instauração de um Estado centralizador baseado numa lógica corporativista sob a base de valores marcados pelo fundamentalismo religioso. O modelo de “Estado Integral” defendido pelos líderes integralistas pretéritos e contemporâneos, em sentido estrito, é um modelo autocrático de Estado. Assim, compreende-se nesta pesquisa a ideologia do sigma como defensora de um modelo societal autocrático chauvinista regressivo.

Seguindo os pressupostos do autor da *filosofia da práxis*:

e através de uma determinação mais precisa, através de uma análise, chegaríamos a conceitos cada vez mais simples; do concreto idealizado passaríamos a abstrações cada vez mais tênues até atingirmos determinações as mais simples. (Marx, 1974, p.122)

A tradição autocrática brasileira, propriamente, está fortemente articulada com modelos regressivos de ordenamento social, como foi apontado por intérpretes do pensamento social nacional como Florestan Fernandes (2006), em estudo clássico sobre a revolução burguesa no Brasil, e José Chasin (1978), em tese sobre o integralismo de Plínio Salgado, entendido enquanto ideologia regressiva, assentada em valores excludentes, segregadores e legitimados por valores anacrônicos.<sup>4</sup>

Também Chasin, em trabalho posterior, ressalta a pertinência da consideração das particularizações dos objetos investigados como critério do método ontológico de abordagem:

---

4 “O fascismo é uma ideologia de mobilização nacional para a guerra imperialista, que se põe nas formações de *capitalismo tardio*, quando estes emergem na condição de elos débeis da cadeia imperialista, e o integralismo uma manifestação de regressividade nas formações de *capitalismo híper-tardio*, uma proposta de freagem do desenvolvimento das forças produtivas, com um apelo ruralista, no preciso momento em que estas principiam a objetivar o ‘capitalismo verdadeiro’” (Chasin, 1978, p.647).

A consideração das diferenças é, pois, uma exigência fundamental, decorrente do critério ontológico de abordagem, tendo presente que a distinção ou a identidade de certa formação de qualquer tipo é dada, precisamente, por aquilo que a diferencia dos elementos gerais e comuns copertinentes às demais que integram o mesmo conjunto. (Chasin, 2009, p.125)

Partindo da concepção de autocracia chauvinista regressiva enquanto *abstração razoável delimitada*, no sentido marxiano do termo, o objetivo foi identificar como esta manifestação particular de proposição ideológica autocrática, o integralismo, representa uma manifestação política concreta que está articulada ao advento de organizações chauvinistas que exercitam sua prática política numa guerra de posição na sociedade. Segundo Chasin (2009, p.130-131), seguindo a concepção de *abstrações razoáveis delimitadas*, norteado pelos parâmetros do Posfácio, em *O Capital*:

[...] a investigação marxiana está remetendo a multilateralidade determinativa de toda uma conformação fenomênica, ou seja, referindo que todo o objeto, intrínseca e extrinsecamente, e se manifesta como um feixe entrelaçado de inúmeras determinações, para cuja adequada reprodução teórica são indispensáveis à *delimitação* e a *articulação* das abstrações razoáveis. Desde logo porque a articulação, fase conclusiva do processo analítico é também uma exigência de delimitação, levando em conta que as abstrações razoáveis, umas em face das outras, têm de ser compatibilizadas entre si, o que implica recíprocas determinações delimitadoras, pelas quais são estabelecidas as proporções com que integral a reprodução final do objeto investigado. [...] Todavia, a exigência de *delimitação* promovida pela articulação é um efeito de sua natureza. *Ponto de chegada* da analítica marxiana, momento culminante da produção do “concreto de pensamentos”, [...] de acordo com as próprias palavras de Marx – “A pesquisa tem que captar detalhadamente a matéria, analisar as suas várias formas de sua evolução e rastrear sua conexão íntima. Só depois de concluído este trabalho é que se pode expor adequadamente o movimento do real”. Por isso mesmo, como estágio mais desenvolvido do próprio método, que integra e proporciona a plena realização de seus momentos anteriores, a articulação, além de sua relevância intrínseca, confirma e explica os passos antecedentes e, por extensão, o método em seu todo.

Parafraseando o autor dos *Grundrisse*:

Chegado a este ponto, teríamos que voltar a fazer a viagem do modo inverso [...] mas, desta vez não com uma representação caótica de um todo, porém, com uma rica totalidade de determinações e relações diversas. (Marx, 1974, p.122)

Enquanto que o método consiste em elevar-se do abstrato ao concreto não é senão a maneira de proceder do pensamento para se apropriar do concreto para reproduzi-lo como concreto pensado (Marx, 1974, p.123)

Para José Chasin (2009, p.89) em sua análise da resolução metodológica marxiana, não há uma elaboração metodológica explicitamente formulada por Marx, seus pressupostos de método de análise são resultantes de momentos de reflexão apresentados em algumas obras pontuais, em oposição e em ruptura com o método especulativo, como os *Manuscritos econômico-filosóficos*, no primeiro capítulo sobre Feurbach, na obra *Ideologia alemã*, na polêmica contra Pierre-Joseph Proudhon, na obra *Miséria da filosofia*, na qual o segundo capítulo precede uma discussão metodológica sobre a categoria de totalidade. E no escrito intitulado *Para a crítica da economia política*, os *Grundrisse*.

A perspectiva de método de investigação elaborada por Marx é arquitetada em sentido mais amplo na obra *Para a crítica da economia política*, na qual se configura e explicita a perspectiva de método de análise de seu objeto, o programa elaborado para o seu trabalho mais sofisticado: *O capital*.

O pressuposto norteador do método de investigação marxiano propicia a compreensão da diferença entre *método de investigação* e *método de exposição*. O método de investigação enquanto registro e reflexão do que o pesquisador desenvolveu distinto do método de exposição enquanto resultado das reflexões de uma investigação.

Para Marx, o ponto de partida do conhecimento teórico é um fato, ou um conjunto de fatos. Porém, Marx é um antípoda das construções especulativas fundamentadas meramente no empirismo. Ele não recusa a análise empírica do real, pois a expressão fenomênica é importante, mas é o ponto de partida da investigação.<sup>5</sup>

---

5 Na nota “Redução da filosofia da práxis a uma sociologia”, Antonio Gramsci já apontava de forma irônica os limites do empirismo nas análises das investigações em ciências humanas, apontando o caráter mecanicista e empobrecido dos enfoques que particularizam análises da realidade social sobre o crivo de suas aparências captadas pelo método empirista: “Sobre raciocinar segundo médias estatísticas, sobre raciocinar e especialmente ‘pensar’ segundo medias estatísticas, neste caso, é útil recordar a anedota segundo a qual Fulano faz duas refeições por

Marx parte da aparência, esta é um marco, um indicador dos processos históricos. O ser histórico é processo, é movimento e, se a aparência revelasse os nexos constitutivos para a compreensão do objeto, a pesquisa seria desnecessária.

O primeiro passo do conhecimento teórico é tomar a factualidade como indicadora do processo em análise, mas as aparências também mistificam, ocultam, devido a isto, compreende-se a negação da simples empiria no método marxiano. Porém, a negação da factualidade não recusa o dado empírico, mas esses dados não possibilitam a reconstrução teórica. A construção teórica, segundo os pressupostos marxianos, é a negação da aparência empírica do real (Netto, 2002).<sup>6</sup>

O resultado da razão é identificar esses processos num movimento de abstração que parte da factualidade dos processos que a implicam, dos processos históricos sociais dos quais os fatos em análise são a aparência. Negar a empiria passa pelo processo de abstração e só por esse momento de abstração intelectual é que é possível abandonar o nível do abstrato generalizante (Netto, 2002). E este processo de abstração razoável é que permite a razão superar a expressão factual não particularizada.

O pensamento investigativo científico explora processos históricos sociais e pelo caminho da abstração outros nexos constitutivos da realidade investigada são identificados pelo pesquisador. Estes novos processos também são dados fáticos. Por isso, em sentido marxiano, no *método de exposição* há um retorno à empiria que é uma exigência para a compreensão dos nexos constitutivos da realidade histórica concreta investigada, porém acrescida do entendimento de novas determinações que influenciam a compreensão. O retorno analítico do método das duas vias é a reconstrução expositiva das determinações que envolvem o objeto pesquisado (Netto, 2002). Conhecer

---

dia e Beltrano nenhuma, 'estatisticamente' Fulano e Beltrano fazem 'em média', cada qual, uma refeição por dia. A deformação de pensamento originada pela estatística é muito mais difundida do que se acredita. Generalização abstrata, sem uma retomada contínua de contato com a realidade concreta. Recordar que um partido austríaco, que tinha dois filiados num sindicato, escreveu que sua influência no sindicato havia crescido 50% porque um terceiro filiado se somou aos dois primeiros" (Gramsci, 2001, p.82).

6 Informação obtida no curso ministrado pelo professor doutor José Paulo Netto, "O método em Marx", para o curso de Pós-Graduação em Serviço Social da UFPE em 2002. Disponível em: <[http://www.cristinapaniago.com/jos%C3%A9\\_p\\_netto\\_-\\_curso\\_o\\_m%C3%A9todo\\_em\\_marx](http://www.cristinapaniago.com/jos%C3%A9_p_netto_-_curso_o_m%C3%A9todo_em_marx)> Acesso em: 15/7/2011.



o objeto é conhecer suas determinações, encontrar as determinações e suas relações é buscar as suas mediações para que o conhecimento teórico possa ser exposto, ultrapassando a aparência imediata do fenômeno no qual o pesquisador se debruça. É a suplantação do dado imediato que é elevado à compreensão da síntese pelas suas múltiplas determinações. Esta síntese é o que Marx denominou de concreto. É o pensamento que produz a construção do objeto, por isso a expressão concreto pensado. As determinações são traços do movimento constitutivo do fenômeno social analisado, sendo a empiria o primeiro nível de análise da realidade concreta, e estes traços constitutivos são captados analiticamente através de categorias e conceitos. As categorias e os conceitos são construções teóricas do processo histórico da realidade, são formas de ser da realidade como resultado da análise do real pela razão, através de abstrações razoáveis e delimitadoras, propiciando a apreensão de determinações reflexivas. E, na análise das relações entre *método de investigação* e a fundamentação alicerçada nas fontes bibliográficas e documentais, novas categorias foram articuladas na busca de uma melhor apreensão do objeto no sentido da sua particularidade.

Neste sentido, a interpretação da ideologia integralista como manifestação autocrática chauvinista regressiva, como apontado, é um silogismo: autocracia é a generalidade do fenômeno político no âmbito de sua universalidade; chauvinismo, a particularidade da identidade ideológica do objeto; o integralismo brasileiro, a singularidade do caso nacional mais expressivo do fenômeno em questão, marcado por axiomas regressivos que denotam a particularidade de sua proposta política.

O método como critério para esta percepção é explicitado por Lukács (1970, p.81):

Os exemplos citados são suficientes para indicar como é rico e variado o modo pelo qual a dialética de universal e particular se manifesta na realidade histórico-social e como seria falso deduzir antecipadamente destes processos, tão diverso um do outro, um esquema qualquer. A ciência autêntica extrai da própria realidade as condições estruturais e as suas transformações históricas e, se formula leis, estas abraçam a universalidade do processo, mas de um modo tal que deste conjunto de leis pode-se sempre retornar – ainda que frequentemente através de muitas mediações – os fatos singulares da vida. É precisamente esta a dialética concretamente realizada de universal, particular e universal. Esta

conexão pode ser estudada muito bem na análise que Marx nos fornece do capital em geral.

O método ontológico é o fundamento para a análise das determinações sociais, no intento de compreensão dos objetos históricos, em oposição às análises subjetivas, a ontologia aborda a estrutura da realidade histórico-concreta, objetivando a suplantação das formas gnosiológicas de entendimento para a determinação social do pensamento.

O sentido de uma proposição ideológica alicerçada na defesa de um modelo de Estado de autoridade irrestrita e fundamentada em valores nacionalistas enfáticos propiciam a identificação dos pressupostos integralistas como uma manifestação ideológica defensora de um modelo de ordenamento social autocrático chauvinista regressivo. Seguindo as orientações do autor da filosofia da práxis:

Este exemplo mostra de uma maneira muito clara como até as categorias mais abstratas – precisamente por causa de sua natureza abstrata –, apesar de sua validade para todas as épocas, são contudo, na determinidade desta abstração, igualmente produto de condições históricas, e não possuem plena validade senão para estas condições e dentro dos limites destas. (Marx, 1974, p.126)

Nas categorias elementares do método da “filosofia da práxis” são ressaltados os preceitos de totalidade, contradição e mediação. A totalidade é a categoria nuclear do método marxiano, mas o que dinamiza a compreensão da totalidade dos fenômenos são os sistemas de contradição. Totalidade e contradição só têm sentido com a categoria de mediação. Este sistema de categorias é um sistema aberto porque a lógica da categoria não encerra o movimento do objeto (Netto, 2002).

O integralismo é identificado nesta pesquisa segundo os pressupostos da obra *O estruturalismo e a miséria da razão* (Coutinho, 2010), como manifestação de decadência da ideologia<sup>7</sup> na cultura contemporânea nacional.

---

7 A concepção lukacsiana de decadência ideológica foi formulada no ensaio “Marx e o problema da decadência ideológica” (Lukács, 1968), desenvolvido inicialmente por G. Lukács no livro *Marxismo e teoria da literatura* e aprofundado em sua obra *O assalto à razão* (1972). Também sobre a questão da decadência ideológica, ver Netto (1978). “Seguindo indicações de Marx, Lukács vê nas revoluções de 1848 uma inflexão no processo de desenvolvimento do pensamento

As manifestações políticas chauvinistas são compreendidas aqui como concepções irracionais de ordenamento social, no sentido atribuído por Lukács na sua obra *O assalto à razão*, na qual o autor defende que as expressões intelectuais irracionais são determinadas pela agudização das lutas de classes em cada país e pelas heranças ideológicas do pensamento social de uma época (Lukács, 1972, p.15). O caráter autocrático, chauvinista e regressivo do integralismo brasileiro, segundo o método fundamentado, será explicitado de forma mais detalhada nos capítulos seguintes.

## 1.2. Definições sobre autocracia e chauvinismo

A categorização de autocracia é consagrada e representa lugar firmado na História e na Ciência Política, porém, nem toda autocracia é fundamentada em valores nacionalistas exacerbados. Assim, a definição de autocracias chauvinistas abrange ideologias baseadas em propostas de formas de governo marcadas pela defesa de concentração de poder e suplantação das instituições mediadoras de participação política, especificamente marcada pela ênfase no nacionalismo como legitimação do ordenamento social: um governo com autoridade irrestrita sobre aqueles que subjagam, através do poder único de um líder, autocrata, ou partido, enquanto organização partidária autocrática, legitimada pela “decisão por si mesmo”.

Nesta perspectiva, advém o termo decisionismo político na expressão elaborada pelo jurista nazista Carl Schmitt como fundamento possível para a compreensão dos fundamentos da categoria de autocracia.

Carl Schmitt, partindo da concepção de decisão do intelectual conservador espanhol Juan Donoso Cortez, defende que soberania seja entendida enquanto questão de decisão sobre um caso de exceção: para o autor, a

---

burguês: se, até então, ainda se conservaram nele as conquistas (especialmente a dialética) próprias do período de ascensão revolucionária da burguesia em sua luta contra o *Ancien Régime*, a resposta burguesa aos eventos revolucionários de 1848, revelando o esgotamento de seu papel progressista e de seu trânsito ao campo do conservadorismo, mostra que ela enquanto classe já não pode mais enfrentar teoricamente os problemas decisivos da vida social. Um pensamento funcional aos interesses da burguesia, a partir de então e à diferença do período anterior a 1848 deve resvalar necessariamente para a apologia (direta e/ou indireta) da ordem estabelecida [...]” (Netto, 2010, p.273).

ordem jurídica deve se basear numa decisão do soberano e não numa escolha consensual.<sup>8</sup>

Para o intelectual nazista Schmitt, a questão da soberania é a criadora da ordem política e o sistema democrático e parlamentar gera falta de autonomia para decisões no agir político. Estas questões são defendidas em seus principais livros, como *A Ditadura*, de 1921, no qual argumenta que o Estado deve empregar meios extraconstitucionais para manter o ordenamento social. Em *Teologia Política*, de 1922, são defendidas as concepções de que os conceitos da moderna concepção de Estado são conceitos teológicos secularizados, são produtos de uma evolução histórica.

O núcleo de sua teoria política é a concepção de soberania, como poder decisório irrestrito, e o objetivo de seus escritos foi a busca da salvação e da recuperação da autonomia da política dentro das comunidades modernas através da desresponsabilização dos agentes políticos frente os imperativos de decisão correta.

As críticas de Schmitt às democracias parlamentares ocidentais são a base das modernas formulações autocráticas na contemporaneidade, segundo seu livro *A situação espiritual do parlamentarismo atual*, de 1923, em que o autor afirmou:

A situação do parlamentarismo hoje é tão precária devido ao fato de o desenvolvimento da moderna democracia de massas ter feito da discussão público-racional uma mera formalidade [...] Se o parlamento enquanto instituição da verdade evidente virar meio meramente prático técnico precisar-se-á apenas demonstrar, *via facti*, através de qualquer procedimento (por exemplo, a ditadura), a possibilidade de um caminho diferente. (Flickinger apud Schmitt, 1985, p.14)

---

8 “*La excepción – dice – es más interesante que el caso normal [...], pues en ella vemos como fuerza de la vida real rompe la corteza de una mecánica estancada en la repetición*” (Schmitt, 1932, apud Lukács, 1959, p.531). E resume assim seu raciocínio: “*Es soberano quien decide acerca de los estados de excepción*” (ibid.). Lukács comentou a influência de Donoso Cortés na concepção de Estado de Exceção em Schmitt: “*Schmitt se ocupaba empeñosamente en elaborar los principios de la filosofía del derecho internacional destinados a justificar las acciones de Hitler, desde los asesinatos en masa del año 1934 hasta la invasión de los países neutrales por la Reichswehr. [...]. De aquí que Schmitt se dedique, hoy, a publicar toda una serie de estudios, viejos y nuevos, sobre su figura favorita de siempre, sobre Donoso Cortés*” (Lukács, 1959, p.680-681).

Em *A situação espiritual do parlamentarismo atual*, elementos constitutivos da concepção de Estado de Exceção de Schmitt foram explicitados sob a lógica de um fundamento xenófobo como consequência da valorização da homogeneidade social e da repulsa aos antípodas da ordem instituída.<sup>9</sup>

Para Schmitt, a única saída para as consequências das insuficiências do pluralismo dos partidos foi a defesa do que ele denominou de um “Estado Total” por meio de uma ditadura presidencial fundamentada. No escrito de 1931 *O guarda da Constituição*, defendeu sua perspectiva de modelo de Estado: “Baseado tanto na força militar quanto numa burocracia centralizada e numa economia sã, submissa ao Estado vigoroso.” A defesa de Schmitt em relação aos governos autocráticos é também enfatizada no livro *A ordem global e o Direito Internacional*, de 1939, no qual são legitimadas as políticas nazistas, perspectiva política que o acompanha até seus últimos escritos, como *A revolução mundial legal*, de 1978, no qual o alvo são as críticas à atuação dos comunistas na Espanha.

As rápidas referências aos livros de Schmitt visam apontar as reconfigurações e fundamentos interpretativos das concepções autocráticas que foram sofisticadas no decorrer do século XX como base dos modelos autocráticos de ordenamento social. Para o intelectual nazista em questão, em sua obra mais enfática no sentido de defesa da ordem autocrática, o conceito de Estado pressupõe o conceito de política. Concepção defendida no seu livro de 1932 *O conceito de Político*. Segundo Schmitt:

Por outro lado, a equivalência estatal = político mostra-se incorreta e enganosa, na mesma medida que Estado e sociedade se interpenetram, todos os assuntos até então políticos tornam-se sociais e vice-versa, todos os assuntos até então

---

9 Segundo as observações a respeito do pensamento schmittiano realizados por Cândido Moreira Rodrigues (2005): “No prefácio à segunda edição de *A situação espiritual do parlamentarismo atual* (1926), Schmitt afirma que, na verdadeira democracia, estaria implícito que não só o igual deveria ser ‘tratado igualmente’, mas também, e como ‘consequência inevitável, o não igual’ deveria ‘ser tratado de modo diferente’. Em primeiro lugar a democracia deveria ter ‘homogeneidade’ e, em segundo, se fosse preciso, ‘eliminar ou aniquilar o heterogêneo’, ou seja, o ‘indivíduo’. Em razão disso para o pensamento schmittiano, a força política de uma democracia se evidenciaria na medida em que ela mantivesse ‘à distância’ ou afastasse tudo o que fosse ‘estranho e diferente’, ou que, a seu ver, representasse uma ‘ameaça à homogeneidade’. Daí concluir que não se tratava, ‘no caso da igualdade de uma brincadeira abstrata, lógico-aritmética, mas sim da própria substância da igualdade’, que poderia ser encontrada em ‘qualidades físicas e morais’, como, por exemplo, do povo alemão. [...]” (Rodrigues, 2005, p.86).

“apenas” sociais tornaram-se estatais, como ocorre [...] As áreas até então “neutras” – religião, cultura, educação, economia – deixam de ser “neutras” no sentido de não-estatal e não-político. Como conceito polêmico contraposto a tais neutralizações e despolitizações de importantes domínios surge o Estado total da identidade Estado e sociedade, o qual não se desinteressa por qualquer âmbito e, potencialmente, abrange qualquer área. Nele, por conseguinte, tudo é, pelo menos potencialmente, político, e a referência ao Estado não mais consegue fundamentar um marco distintivo específico do “político”. (Schmitt, 1992, p.86)

O integralismo brasileiro mesmo não se tornando regime autocrático durante o século XX, como ambicionaram seus principais dirigentes, em seus pressupostos ideológicos, ao defender a instauração de um regime de Estado centralizador e avesso à participação política democrática representativa ou democrática popular. Através da defesa de seu modelo corporativista de Estado, denominado por Plínio Salgado “Democracia Orgânica”, os intelectuais do sigma em suas publicações, em tempos pretéritos e contemporâneos, foram e são defensores de uma ideologia autocrática que respalda a proposta de um modelo de regime político baseado em concepções organicistas. No documento da Frente Integralista Brasileira (FIB), lançado em 2009, denominado “Manifesto da Guanabara” foi afirmado que o integralismo não propõe um sistema de governo e sim o de um regime, baseado no “Direito Natural” e no “Direito Positivo”:

Art. 2º – O Integralismo é um movimento cívico-político que tem por objetivos a felicidade do povo brasileiro, a Justiça Social, a grandeza da Nação, que deve ser redimida e reconduzida à marcha de seu destino histórico, a edificação de um Estado Ético e de uma Democracia Integral e a criação de uma Ordem Jurídica que – emanada da íntima essência nacional, da Tradição e do Passado Integral da Nação, refletindo, pois, o Brasil real, profundo e autêntico – concretize as normas do Direito Natural, levando sempre em conta as circunstâncias de tempo e de lugar.

Art. 3º – O Integralismo, não defendendo expressamente nem a Monarquia e nem a República e reunindo tanto monarquistas quanto republicanos, não é um sistema de governo e sim um regime, podendo ser implantado tanto numa Monarquia quanto numa República [...] <sup>10</sup>

---

10 Secretaria de doutrina e estudos da Frente Integralista Brasileira. *Manifesto da Guanabara*, 25 de janeiro de 2009. Disponível em: <<http://www.integralismo.org.br/?cont=825&ox=7>>. Acesso em: 7/7/2010.

Na contemporaneidade, os intelectuais do sigma continuam a sua apologética em defesa do ordenamento social autocrático e as referências teóricas utilizadas pelos militantes integralistas contemporâneos evidenciam sua identidade política.

Em artigo do presidente da FIB, Victor Barbuy, intitulado *Marx está morto!* são explicitadas as preferências por alguns dos teóricos expressivos dos regimes fascista e nazista, como Giovanni Gentile e Carl Schmitt. O texto faz referência a um elemento ideológico caro aos grupos chauvinistas, o repúdio ao marxismo. Segundo o texto do líder da FIB, as preferências intelectuais das novas gerações integralistas são explícitas:

As concepções de Marx são, como ressalta Giovanni Gentile, concepções rigorosamente econômicas e materialistas para as quais “tudo aquilo que é humano é econômico, e ninguém tem o direito à existência se não é [economicamente] útil”, não atentando para o fato de que o fator “econômico não é humanidade, mas instrumento do homem”, sendo útil tão somente enquanto serve a este. Com efeito, como aduz Carl Schmitt, em *O conceito do político*, o sistema marxista é um sistema antes de tudo econômico, tentando pensar economicamente e permanecendo, por conseguinte, “no século XIX, o qual é essencialmente econômico”.<sup>11</sup>

A identidade integralista com o chauvinismo denota o nacionalismo fanático e enfático presente na ideologia divulgada através de suas publicações.

O verbete “Chauvinismo” no *Dicionário Crítico de Pensamento de Direita* (2000) é interessante ao apresentar a construção genética do termo e como o mesmo identifica uma forma de nacionalismo exacerbado.<sup>12</sup>

11 Barbuy, Victor Emanuel Vilela. *Marx está morto!*. Disponível em: <<http://www.integralismo.org.br/?cont=781&ox=17&vis=>>>. Data de acesso: 1/3/2011.

12 “O termo chauvinismo teve sua origem na França, tendo como base a atitude nacionalista extremada manifestada por Nicolas Chauvin, um soldado dedicado e corajoso que lutou no exército no período revolucionário e napoleônico. Suas ingênuas manifestações denotavam um patriotismo fanático e uma fidelidade absoluta ao imperador Napoleão I. Sua figura foi, posteriormente, popularizada pelas peças teatrais de A. Scribe, *Le soldat laboureur*, e dos irmãos Gogniard, *La cocarde tricolore, épisode de la guerre d'Alger* (1831). Esta última, de grande sucesso durante o reinado de Louis-Philippe, constituía uma espécie de sátira ao nacionalismo extremado dos bonapartistas e de seus sucessores. A partir de então, o termo foi incorporado pela literatura e pela ciência política como sinônimo de orgulho nacional exacerbado e cego. O patriotismo fanático denotava opiniões simplistas, ignorantes e estreitas, tanto sobre os demais povos, encarados com desconfiança e desprezo, quanto em relação aos conterrâneos,

A categoria chauvinismo foi também difundida por Vladimir Ilich Lênin no escrito de 1914, *A guerra e a social-democracia na Rússia*, no qual se denuncia a cooptação dos principais partidos da social-democracia europeia por justificativas aparentemente patrióticas, na verdade manipulatórias e alienantes, de participação no conflito militar internacional em benefício dos interesses dos grupos hegemônicos e em detrimento da organização classista dos trabalhadores em perspectiva internacionalista.<sup>13</sup> A autocracia chauvinista contemporânea, como concepção ideológica enquanto um conjunto de valores e proposições de ordenamento social, é oriunda também da herança de intelectuais conservadores, articulada à defesa das tradições nacionais, defendida por ideólogos antagônicos às mudanças das sociedades contemporâneas. Estas concepções foram apresentadas como trincheiras para a defesa da ordem em oposição à construção de uma nova hegemonia política oposta ao liberalismo clássico e ao comunismo. Nas primeiras décadas do século XX, configuraram-se internacionalmente novas rearticulações de forças políticas em busca de hegemonia em relação à proposta de condução do processo de

---

que tinham suas 'virtudes' destacadas e exageradas. Em fins do século XIX, o termo chauvinismo passou a ter uma conotação explicitamente pejorativa por parte dos políticos socialistas, anarquistas e democratas, anticlericais e até liberais, como forma de denúncia de seus adversários de direita e extrema direita, bem como de certos argumentos justificadores da arrogância colonialista. [...] Durante a fase que antecedeu a Primeira Guerra Mundial, o termo, que havia sido empregado em um sentido relativamente satírico a respeito de um fenômeno considerado mais prosaico do que perigoso, começa a referir-se a uma realidade sombria. A exaltação patriótica foi habilmente utilizada pela direita, chegando mesmo a influenciar setores da esquerda, como o *social-patriotismo*, o que levou as classes trabalhadoras a apoiarem majoritariamente seus respectivos governos na Grande Guerra, desferindo um duro golpe na Segunda Internacional. No século XX, o termo associou-se ainda mais às novas formas de nacionalismo extremado, como o nazifascismo, entre outras correntes políticas. As manifestações de chauvinismo também espalharam-se por outras regiões do mundo, geralmente vinculando-se a outras formas antidemocráticas (mas não exclusivamente), antiindividualistas, e antiinternacionalistas. O chauvinismo tem explorado a dimensão exclusivamente nacional [...]" (Vizentini, 2000, p.85).

- 13 "O manifesto *A Guerra e a Social-Democracia da Rússia* foi o primeiro documento oficial do CC do POSDR que exprimiu a posição do partido bolchevique em relação à guerra mundial imperialista que se tinha iniciado. O manifesto teve ampla difusão na Rússia e no estrangeiro. Como documento oficial que expunha a posição do POSDR em relação a guerra, o manifesto foi enviado para o Bureau Socialista Internacional (órgão executivo da II Internacional – ver a nota 186) e para alguns jornais socialistas de Inglaterra, Alemanha, França, Suécia e Suíça. Por instrução de V. I. Lênine, o manifesto do CC do POSDR foi enviado à conferência dos socialistas dos países neutrais." (Lenin, *A Guerra e a Social-Democracia na Rússia*. Disponível em: <<http://www.marxists.org/portugues/lenin/1914/09/28.htm>>. Acesso em: 7/8/2011. O texto citado faz parte de Lenin (1977, p.13-23)).



modernização engendrado por um modelo de Estado intervencionista, contexto de novas ideologias nacionalistas que surgem também como oposição ao descrédito nas democracias e do repúdio pelas propostas de sociedades reguladas pelas classes subalternas.

A distinção das novas determinações nas disputas políticas e seus novos condicionantes, assim a análise dialética marxiana como método de correlação categorial que procede mediante a compreensão do abstrato ao concreto, na investigação dos fenômenos menos complexos aos mais complexos, é elementar para a compreensão das transformações das novas possibilidades inauguradas nas disputas políticas.

Neste sentido, a apreensão teórica e a construção analítica do que a perspectiva de método denomina uma “totalidade concreta” proporcionam o entendimento de uma “síntese de múltiplas determinações”,<sup>14</sup> aplicadas à apreensão das novas dinâmicas da interação entre intelectuais, ideologias e sociedade na contemporaneidade.

A crítica da concepção de Estado como representante do interesse geral nos *Manuscritos Econômicos e Filosóficos*, de 1844, apontava o caráter classista do Estado, assegurando a reprodução da sociedade em classes. Na obra *Ideologia Alemã*, de 1845, estabelece-se a compreensão de que todas as instituições passam pela mediação do Estado não sendo isentas de um conteúdo político. Naquele contexto, os textos de juventude de Karl Marx proporcionaram o entendimento de que o Estado é uma esfera restrita e a sociedade civil ainda é relativamente despolitizada, a defesa dos interesses de uma classe do Estado, em específico, é apresentada sob a compreensão de que o Estado assume o monopólio da representação de uma sociedade dividida, porém, apresentando suas prerrogativas como universais.

A concepção de “o poder do Estado moderno não é mais do que um comitê para gerir os negócios da burguesia”, para Marx e Engels em 1848, configura-se na compreensão de que a materialidade do Estado é privilegiada no enfoque dos aparelhos repressivos e burocráticos executivos da classe em hegemonia, ressaltando o âmbito coercitivo deste processo.

Em 1895, numa introdução à reedição do livro *As lutas de classe na França* publicado em sua primeira edição em 1850, diante das transformações conjunturais das sociedades europeias de maior desenvolvimento capitalista,

---

14 Sobre as determinações analíticas no método marxiano consultar, Marx (1974) e Kosik (1986).

Engels apontou novas determinações na configuração dos estados nacionais que abriram possibilidades para novas estratégias para a conquista da hegemonia.

Engels, fundamentando a ampliação da atuação dos principais Estados nacionais ocidentais, ressaltou que as formas de dominação dos setores hegemônicos não se apresentavam somente pela coerção, mas também eram resultado de mecanismos de dominação e consenso. Assim, as próprias estratégias de luta entre as classes sociais entravam num novo âmbito, através de novos condicionantes, resultantes das transformações efetivas nas sociedades.

Antonio Gramsci presenciou uma época de transformação das instituições estatais (sufrágio, partidos e imprensa de massa e liberdade sindical) ocorrendo nas primeiras décadas do século XX a modificação de novas dimensões de sociabilidade, nesta nova conjuntura, as forças políticas em disputa precisavam se apoiar em movimentos de massa, como por exemplo, o fascismo. Assim, na investigação dos fenômenos de estatolatria, o autor apontou a questão do papel dos intelectuais e dos aparelhos privados de hegemonia e da mediação propiciada pelos conceitos de sociedade política e sociedade civil.

A sociedade política é composta pelos partidos em hegemonia e pela coerção através do exército e das forças policiais, os aparelhos repressivos do Estado. A sociedade civil é o órgão de reprodução dos valores e mecanismos de sustentação do ordenamento social, através dos aparelhos privados de hegemonia. Porém, este é um critério metodológico de investigação de análise concreta, ambas as esferas formam o Estado em sentido amplo.<sup>15</sup>

Gramsci apontou que a esfera ideológica ganhou materialidade autônoma frente ao Estado. Pois os grupos políticos precisam fundamentar sua manutenção, ou busca pela hegemonia, através de proposições para a direção política nos novos espaços abertos em sociedade. Assim, os órgãos de difusão cultural, como os meios de comunicação e instituições sociais, por exemplo sindicatos, igrejas e escolas, abriram novas possibilidades de ação para intelectuais de matizes diversas.

Nesta perspectiva, a nova estratégia política para o ocidente é a guerra de posições. Porém, as possibilidades de obtenção do consenso em busca da hegemonia estavam, e continuam a estar, abertas também aos intelectuais chauvinistas que através de partidos e órgãos da imprensa também

---

15 Cf. Coutinho (1999, p.127-9).

desenvolveram, e continuam a desenvolver, estratégias para a ocupação de espaços na sociedade e para a difusão de uma concepção no plano cultural baseada em pressupostos nacionalistas para a defesa de um modelo autocrático de organização societária. As superestruturas da sociedade civil são compreendidas metaforicamente como trincheiras de guerra instrumentalizadas por agrupamentos políticos diversos.

### 1.3. Intelectuais chauvinistas como demiurgos de teleologias secundárias e a análise de seus materiais ideológicos

Para Antonio Gramsci (2004), todos os grupos sociais desenvolvem segmentos intelectuais com o objetivo de proporcionar homogeneidade e consciência de suas próprias funções,<sup>16</sup> objetivando a necessidade de criar condições para a expansão de sua própria classe ou fração de classe.

A ênfase de Gramsci na necessidade de estudar o papel exercido pelos intelectuais, o autor adverte que o erro metodológico mais difundido é buscar como critério para entendimento das dimensões da acepção de intelectuais no que é intrínseco às atividades dos mesmos, no sentido de uma compreensão articulada a acepção “enciclopédica” desta categoria. Em vez de analisar o papel das relações entre atividades intelectuais no conjunto das relações sociais.

Segundo o autor, na sua produção teórica realizada no cárcere fascista, em específico no Caderno 12:

Quais são os limites “máximos” da acepção de “intelectual”? É possível encontrar um critério unitário para caracterizar igualmente todas e as diversas e variadas atividades intelectuais e para distingui-las, ao mesmo tempo e de modo essencial, das atividades de outros agrupamentos sociais? O erro metodológico

---

16 “Em outros termos: os intelectuais não são uma classe, mas uma categoria social; não se definem pelo seu lugar no processo de produção, mas por sua relação com as instâncias extraeconômicas da estrutura social; do mesmo modo que os burocratas e os militares se definem por sua relação com o político, os intelectuais situam-se por sua relação com a superestrutura ideológica. Quer dizer: os intelectuais são uma categoria social definida por seu papel ideológico: eles são produtores diretos da esfera ideológica, os criadores de produtos ideológicos culturais.” (Löwy, 1998, p.25).

mais difundido, ao que me parece, é ter buscado este critério de distinção no que é intrínseco às atividades intelectuais, em vez de buscá-lo no conjunto do sistema de relações no qual estas atividades (e, portanto, os grupos que as personificam) se encontram no conjunto geral das relações sociais. [...] Uma das características mais marcantes de todo grupo que se desenvolve no sentido de domínio é a sua luta pela assimilação e pela conquista “ideológica” dos intelectuais tradicionais, assimilação e conquista que são tão mais rápidas e eficazes quanto mais o grupo em questão for capaz de elaborar simultaneamente seus próprios intelectuais orgânicos.<sup>17</sup>

Os intelectuais orgânicos da burguesia, segundo o referido autor, são os “prepostos” do grupo dominante para o exercício das funções subalternas de hegemonia social e do governo político, suas funções são propalar o consenso entre a população de determinado sistema social segundo os paradigmas dos grupos hegemônicos, ou em busca de hegemonia, exercendo uma função político-social no sentido de mediação política e cultural.

A concepção gramsciana de que os fenômenos ideológicos ganharam uma materialidade autônoma não pode ser desvinculada da articulação do papel desempenhado pelos intelectuais, pela imprensa e pelos partidos políticos.

As manifestações de ideologias autocráticas chauvinistas apresentaram-se nas décadas de 1920 e 1930 como parte de um novo fenômeno político entre as ideologias de partidos da direita liberal ou das propostas de Estado socialista. Neste contexto, a hegemonia das potências ocidentais é ameaçada pela nova rearticulação de forças que potencializam a crise do bloco histórico.

Na sua obra *Introdução ao Fascismo*, o filósofo Leandro Konder apontou que na análise das conflitualidades nas sociedades a distinção entre fenômenos políticos de esquerda e direita não perde sua funcionalidade para compreendermos as manifestações em questão.<sup>18</sup> Segundo Konder, Mussolini e

17 Cf. Gramsci (2004, p.18-19).

18 “O recurso aos conceitos de ‘direita’ e ‘esquerda’ tem sido muito questionado ultimamente. [...] Na realidade, o conceito de direita é imprescindível a uma correta compreensão do conceito de fascismo, embora seja mais amplo do que este: a direita é o gênero de que o fascismo é uma espécie. E o objetivo do presente ensaio é exatamente esclarecer o que é que esta espécie apresenta de *novo* no quadro da evolução geral do gênero a que ela pertence. Em sua essência, a ideologia de direita representa sempre a existência (e as exigências) de forças sociais empenhadas em conservar determinados privilégios, isto é, em conservar um determinado sistema socioeconômico que garante o estatuto de propriedade de tais forças são beneficiárias. Daí o conservadorismo intrínseco da direita. O conteúdo conservador de uma concepção não

Hitler conquistaram um lugar no centro da história a partir do século XX: “como pioneiros de uma nova concepção política de direita” (Konder, 2009, p.26).

Na década de 1920, a Itália foi o cenário da implantação do regime de Estado corporativo fascista. A crise sistêmica propagada naquele contexto na Europa, América e Ásia propiciou a emergência de novos movimentos e partidos políticos acirrando a disputa entre tendências de projetos e regimes de Estado em bases dirigistas. O fascismo surge como regime de Estado intervencionista, um Estado de exceção e, para Poulantzas (1971), é precisamente o espectro da crise política que corresponde ao advento do fascismo.

No início do século XX, as ideologias em disputa em escala nacional e internacional foram redimensionadas, através também das novas determinações propiciadas pela difusão da imprensa, pelas tecnologias de informação e comunicação, ainda naquele período em gradual desenvolvimento, alterando as condições materiais das disputas ideológicas dos aparelhos do Estado e dos aparelhos privados de hegemonia, como os movimentos e partidos políticos.

A herança conservadora metamorfoseou-se aglutinando a possibilidade de articulação da mobilização da sociedade civil, com as novas condições de uma sociedade de massas, vociferando a necessidade de hasteamento das bandeiras das comunidades nacionais dirigidas sob a tutela do mito do Estado forte e de lideranças políticas personalistas.

A prévia ideação, o planejamento que antecede e dirige a ação, ao ser levada à prática, materializa-se, objetiva-se, propiciando causalidades e novos nexos causais no mundo objetivo. Neste sentido, a categorização de uma teleologia chauvinista é compreendida aqui enquanto projeção de uma finalidade de ação, neste caso, de intervenção política de intelectuais herdeiros do conservadorismo, gerando novos nexos causais nas disputas e conflitualidades dentro da sociedade civil e da sociedade política. As ideologias são um instrumento de luta social e têm uma função social de legitimação ou construção de uma nova hegemonia política.

---

implica que ela se exteriorize necessariamente numa *política de resistência passiva à mudança*. Os conservadores sabem que, para uma política ser eficaz, ela precisa ser levada à prática através de iniciativas concretas, manobras, concessões, acordos, golpes de audácia, formas de arregimentação das forças disponíveis que transcendem da mera atitude *doutrinária*. Um certo pragmatismo, portanto, se encontra em todas as expressões qualificadas de direita [...]” (Konder, 2009, p.27-9).

Um processo de objetivação para ter êxito deve ter por base um efetivo setor da realidade que se pretende influenciar, assim as finalidades são sempre socialmente construídas, na lógica lukacsiana, compreendida como *intentio recta*, mirando a busca e seleção dos meios que impulsionem a consciência para além de si própria. Entende-se aqui que, neste sentido, as transformações na esfera do ser social e as novas determinações dos avanços tecnológicos possibilitaram a reconfiguração e metamorfose de elementos da tradição conservadora transmutada ao chauvinismo das autocracias das primeiras décadas do século XX.

Com novas fórmulas organizacionais que se propunham a um projeto político nacionalista, corporativista, centralizado e fortemente hierárquico emerge a figura do líder ou do partido, que se sustenta através da utilização de técnicas de propaganda modernas como a imprensa, o rádio e o cinema, apresentadas como novas ferramentas de objetivação da práxis de militantes chauvinistas.

As ações através da propaganda política por meio de tecnologias de comunicação e informação são mediações que propiciam possibilidades no agir, mediações estas que ocorrem na consciência e manifestam-se nas práticas sociais enquanto fenômenos históricos.

Com o desenvolvimento das novas determinações na esfera do ser social, as relações sociais reificadas, que articulam os homens entre si e com a natureza, assumem uma objetividade própria, elas assumem a aparência de uma segunda natureza. Nesta situação, a vida em sociedade recebe determinações que na imediaticidade lhe parecem externas; por exemplo, a concepção das comunidades nacionais como comunidades naturais e o entendimento do indivíduo enquanto componente de um corpo social na acepção organicista destes termos.

Para Lukács, estas concepções são denominadas de ontologias fictícias, tais ontologias fornecem uma compreensão incongruente da esfera social, situando os indivíduos numa determinada relação equivocada com o existente.

Os intelectuais das autocracias ocidentais através de formulações científicas fizeram a exegese de suas concepções de ordenamento social sob fundamentações da ciência como instância neutra, buscando legitimar suas proposições. O elemento comum de valorização de defesa da ciência enquanto instância neutra propiciou fundamentos discursivos para lógica positivista do

critério da falseabilidade herdado da tradição empirista, como condição para a fundamentação de compreensão da realidade.

E, sob paradigmas cientificistas, muitos intelectuais, como por exemplo, Carl Schmitt e Giovanni Gentile, intentaram observar e interpretar a realidade em busca de possibilidades de compreensão das contradições sociais visando à intervenção nas sociedades para a proteção da nação.

As ideologias autocráticas chauvinistas têm a finalidade e a função social de ordenamento em sociedades que experimentam conflitos classistas e contradições inerentes ao funcionamento sistêmico da ordem social do capital. Assim, seguindo os pressupostos de Lukács, estas ideologias são aqui entendidas enquanto *teleologias secundárias*: aquelas voltadas à persuasão de outros indivíduos para que ajam de determinada maneira, influenciando sua visão de mundo, também influenciando sua reprodução social.

A própria existência de ontologias fictícias, ao colocarem os problemas relativos às finalidades de existência, colabora como fator propiciador de tomada de consciência reificada, na sua dimensão social, ocasionando consequências éticas desagregadoras.<sup>19</sup>

A busca de sentidos para a vida em sociedade é um complexo de proposições, que propiciam a origem a novos complexos sociais, expressados em filosofias e ideologias políticas. Sérgio Lessa (1996, p.44) aponta que “fazendo uma contraposição com o *intentio recta*, o *intentio obliqua* se constitui enquanto uma interpretação globalizante do existente a partir de uma antropomorfização do ser”, conferindo sentido a uma ordem universal marcada. Como a concepção maniqueísta representada numa interpretação reificada entre nacionalismos de direita e as tendências da esquerda, como por

---

19 Segundo Lessa (1996, p.41-3): “Apenas assinalamos como, nesse contexto, uma interpretação falseada, uma ontologia fictícia, pode jogar um papel fundamental para o desenvolvimento do gênero humano. Normalmente, tal ontologia fornece uma compreensão provisória do cosmos que situa o homem em uma determinada relação com o existente, influenciando o desenvolvimento de sua visão de mundo e, deste modo, também influenciando, mais ou menos diretamente, sua própria reprodução social. A própria existência de uma ontologia fictícia, ao colocar o problema de uma vida plena de sentido, é fator importante para uma tomada de consciência, em escala social, dessa problemática e das suas ressonâncias éticas, morais [...] Esse impulso à constituição de ‘ontologias fictícias’ [...] Lukács denomina de *intentio obliqua*. Fazendo uma contraposição com a *intentio recta*, a *intentio obliqua* se constitui enquanto uma interpretação globalizante do existente a partir de uma antropomorfização do ser. A teleologia, categoria puramente social, é estendida a toda natureza, convertendo-se em categoria que confere sentido à ordem universal. A teleologia, de humana e restrita ao ser social, torna-se divina, universal”.

exemplo, a concepção entre a direita cristã e a esquerda ateuista, ou entre as disputas entre a preservação das comunidades nacionais contra o internacionalismo marxista.

As ideologias autocráticas chauvinistas são uma forma de ontologias fictícias, manifestações ideológicas que servem para tornar conscientes e operativas a práxis social dos homens (Lessa, 1996, p. 52).

Neste sentido, a complexificação das relações sociais dá origem a complexos sociais específicos que têm a função de regular a práxis social de modo a tornar possível (operativa) a reprodução da sociedade. Assim, as concepções autocráticas chauvinistas representam uma proposição de ordenamento social de intervenção e mobilização. Como, por exemplo, a concepção de superioridade teutônica, a defesa de reconstrução do império italiano. No caso brasileiro, o apanágio integralista da oposição entre ideologias materialistas representadas, segundo seus intelectuais pelo liberalismo e o comunismo, opostas à pretensa característica “espiritualista” da ideologia do sigma defendida por Plínio Salgado e seus herdeiros.

Os intelectuais chauvinistas também fundamentaram ontologias fictícias nas concepções sobre o Direito, como Carl Schmitt, que com seu modelo de Estado de exceção colaborou para a fundamentação de fenômenos políticos particulares, como o Estado nazista. Contudo, a lógica schmittiana de ordenamento é invertida em seus fundamentos. Não é mais o desenvolvimento social que funda o Direito, mas é o estabelecimento de um ordenamento jurídico que fundaria a sociedade do Reich. O que ocorre é a defesa da naturalização do Direito naquele sistema autocrático como reflexo dos valores de uma pretensa natureza humana.

Como apontado, as ideologias são formas de elaboração ideal da realidade que servem para tornar consciente e operativa a práxis social dos indivíduos.

Estes elementos também podem ser encontrados na concepção de Direito do integralista Miguel Reale, na primeira metade do século XX, assim como nas formulações mais recentes das lideranças integralistas na atualidade. Pois, para os intelectuais do sigma, pretéritos e atuais, as sociedades são organizadas por “grupos naturais”, sendo eles a família, o município, os grupos profissionais e a Nação.

Antonio Gramsci fundamentou os potenciais do seu método de análise na nota dois do Caderno 16, dos conhecidos *Cadernos do Cárcere*, como método de crítica textual mediado pela compreensão das dimensões sociais



que envolvem o objeto em investigação. Essa perspectiva foi utilizada nesta pesquisa para a compreensão dos pressupostos dos herdeiros do integralismo que objetivam reorganizar o movimento.

Para o autor, a compreensão dos paradigmas existentes em uma sociedade é propiciada também pelo estudo da estrutura ideológica presente nos órgãos de imprensa. Referindo-se sobre estas possibilidades de investigação, denominou, no seu terceiro Caderno miscelâneo na nota 49, o estudo destas fontes de análise como “material ideológico” e proporcionou indicações importantes de como a imprensa representa um canal de compreensão importante para a investigação das organizações em disputa nas sociedades.

O pesquisador Joseph Buttigieg no seu artigo *O Método em Gramsci*<sup>20</sup> resgatou elementos fundamentais das possibilidades da crítica às ideologias através da crítica textual enquanto instrumental nas investigações sob a perspectiva materialista.

Antonio Gramsci fundamentou os potenciais do método de análise das ideologias, na nota dois do Caderno 16,<sup>21</sup> fundamento utilizado nesta investigação para a compreensão dos pressupostos dos herdeiros do integralismo.

A compreensão dos paradigmas existentes em uma sociedade é propiciada pelo estudo da estrutura ideológica presente nos órgãos de imprensa, o intérprete da Filosofia da Práxis referindo-se às possibilidades de investigação

---

20 Buttigieg, Joseph. *O método em Gramsci*, 1998. Disponível em: <<http://www.acesa.com/gramsci/?page=visualizar&id=290>>. Acesso em: 3/2/2011.

21 Segundo Gramsci (2001, p.18-9): “Questões de método, se se quer estudar o nascimento de uma concepção do mundo que não foi nunca exposta sistematicamente por seu fundador (e cuja coerência essencial se deve buscar não em cada escrito particular ou série de escritos, mas em todo o desenvolvimento do variado trabalho intelectual em que os elementos da concepção estão implícitos) [...], é preciso, antes de mais nada, reconstruir o processo de desenvolvimento intelectual do pensador dado para identificar os elementos que se tornaram estáveis e ‘permanentes’, ou seja, que foram assumidos como pensamento próprio, diferente [...] ao ‘material’ anteriormente estudado e que serviu de estímulo; só estes elementos são momentos essenciais do processo de desenvolvimento. Esta seleção pode ser feita levando em conta períodos mais ou menos longos, tal como se determinam intrinsecamente e não a partir de informações externas (que também podem ser utilizadas) [...]. Dadas estas premissas, o trabalho deve seguir estas linhas: 1) a reconstrução da biografia não só no tocante a atividade prática, mas especialmente no tocante à atividade intelectual; 2) o registro de todas as obras, mesmo as mais secundárias, em ordem cronológica, dividido segundo motivos intrínsecos: de formação intelectual, de maturidade, de posse e aplicação do novo modo de pensar e conceber a vida e o mundo. A pesquisa do *leitmotiv*, do ritmo do pensamento em desenvolvimento, deve ser mais importante do que as informações particulares e casuais e dos que os aforismos isolados. Esse trabalho preliminar possibilita toda a pesquisa subsequente”.

dos grupos dominantes, denomina no seu terceiro Caderno miscelâneo, na nota 49, o estudo destas fontes de análise como “material ideológico” proporcionando indicações importantes de como a imprensa representa um canal de compreensão importante para a investigação das organizações em disputa nas sociedades que visam desenvolver e manter concepções de ordenamento social:

Temas de cultura. Material ideológico. Um estudo de como se organiza de fato a estrutura ideológica [...]: isto é, a organização material voltada para manter, e desenvolver a frente teórica ou ideológica. A parte mais considerável e mais dinâmica dessa frente é o setor editorial em geral: editoras (que têm um programa implícito e explícito e se apoiam numa determinada corrente), jornais políticos, revistas de todo tipo, [...]. A imprensa é a parte mais dinâmica desta estrutura ideológica, mas não a única: tudo o que influi e pode influir sobre a opinião pública, direta ou indiretamente, faz parte desta estrutura. [...] Um tal estudo, feito com seriedade, teria uma certa importância: além de dar um modelo histórico vivo de uma tal estrutura, forma o hábito de cálculo mais cuidadoso e exato das forças ativas na sociedade. (Gramsci, 2004, p.78-9)

As fontes documentais analisadas nesta pesquisa através dos conteúdos das publicações integralistas evidenciaram elementos da ideologia difundida por seus intelectuais, assim como as novas estratégias de práxis política e o crescimento das organizações, em grande medida, impulsionadas pelas possibilidades abertas com as novas determinações de ação e propaganda política, através das novas tecnologias da informação e comunicação, divulgando ideias e valores anacrônicos e irracionaisistas.

A análise imanente, segundo os pressupostos lukacsianos,<sup>22</sup> na interpretação dos conteúdos dos denominados “materiais ideológicos”, possibilitou ainda articular elementos acerca da gênese do objeto analisado, assim como identificar elementos de sua função social, proporcionando a crítica à ideologia integralista de forma mais ampla:

---

22 Segundo Lukács (1959, p.7): “O rechaçar da crítica imanente como um fator de uma exposição de conjunto que abarque, ao mesmo tempo, a gênese e a função social, a característica de classe, o desenvolvimento social etc. conduz necessariamente a uma atitude sectária em filosofia”.

Para o pensador húngaro György Lukács o fenômeno ideológico não significa – necessariamente – falsa consciência: “A correção ou falsidade não bastam para fazer de uma opinião ideologia”. (Lukács, 1981, p.448). Para o autor, tudo depende da *função social* que um pensamento qualquer – certo ou errado – venha a desempenhar. Na tematização lukácsiana, portanto, o fenômeno da ideologia é analisado sob o fundamento ontológico-prático, o que significa “analisar esse fenômeno essencialmente pela função social que desempenha, ou seja, enquanto veículo de conscientização e prévia-ideação da prática social dos homens”. A prévia-ideação diz respeito às posições teleológicas primárias e secundárias. A ideologia seria um apositão teleológica secundária. [...] Além da *função social*, G. Lukács agrega outros dois momentos para a análise de um discurso ideológico: a *análise imanente* e a *gênese* desse discurso. Portanto, a análise de ideologias para o autor compõe-se destes três momentos fundamentais, resgatados e sistematizados a partir do pensamento marxiano. (Lovato, 2010, p.43-44)

A identidade ideológica e a particularidade da ideologia integralista averiguadas nas fontes selecionadas proporcionaram a investigação, a crítica ao integralismo contemporâneo através do que seus próprios intelectuais afirmaram em suas publicações.

A análise imanente proposta por Lukács tem o potencial de revelar a lógica própria da particularidade de uma ideologia.<sup>23</sup>

Neste sentido, através das análises das fontes selecionadas, foi possível a constatação das permanências e mudanças averiguadas na ideologia integralista contemporânea. Apesar de residuais e anacrônicos, os militantes em questão estão desenvolvendo possibilidades para a divulgação de seus valores, arquitetando estratégias e buscando o crescimento de suas organizações.

Seguindo os fundamentos da busca pela compreensão da gênese do objeto investigado, foram argumentados elementos explicativos sobre aspectos da influência das ideologias chauvinistas no Brasil das primeiras décadas do

---

23 Para Lovatto (2010, p.44): “A *análise imanente* deve revelar a lógica própria e original de um discurso para que ele seja entendido a partir do que ele é e não lhe sejam inadvertidamente atribuídas características que não lhe dizem respeito. Hierarquicamente falando, é após esse importante e criterioso passo que o discurso pode ser devidamente submetido aos fundamentais passos posteriores – *gênese e função social* – sem o que não se completaria a análise de uma ideologia. [...]. O conjunto formado por esse tripé – análise imanente, gênese e função social – é referido por Lukács, ao afirmar que os próprios clássicos do marxismo recorriam à análise imanente em seus estudos e, portanto, esse recurso não deveria ser desprezado”.

século XX. Pois, quando o integralismo foi lançado em outubro de 1932, outras organizações nacionalistas e até mesmo fascistas já haviam surgido no país. A imprensa nacional do período foi o canal polifônico no qual muitos jornais, revistas e livros de literatura difundiam o debate ideológico da época, como desdobramentos das conflitualidades sociais das lutas de classes. Especificamente, até mesmo no debate e nas propostas educacionais, o nacionalismo estava presente nos projetos políticos de muitos intelectuais brasileiros. O papel do nacionalismo figurou até mesmo como componente dos conteúdos dos livros didáticos, como é apontado no capítulo a seguir.

O patriotismo, a religião e o culto à ordem cívica, como valores propagados por intelectuais e por governantes, propiciaram ingredientes de legitimação para concepções autocráticas de ordenamento social que marcaram o desenvolvimento das instituições do Estado nacional, propiciando uma conjuntura favorável para a difusão e aceitabilidade de propostas segregadoras, como as defendidas pelo integralismo brasileiro e os herdeiros do sigma, expressas nos princípios de reação política, legitimados pelo chauvinismo sintetizado na máxima “Deus, Pátria e Família”.